



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL SUL DA PARAIBA (CBH - LS)

1

2

3

4

Ata da 1ª Reunião Ordinária do Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Sul - CBH-LS – 2025.

5

Aos vinte e cinco dias de mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco as 08h30min. Realizou-se a 1ª Reunião Ordinária do CBH-LS, do ano de 2025, na sala de Reunião da Olho do Tempo Escola Viva, situada a Rua Agricultor Carlos Onofre Nóbrega, nº 4236, Gramame/PB, para deliberar sobre a seguinte pauta: 1. Abertura; 2. Informes; 3. Aprovação da ata da 4ª Reunião Ordinária; 4. Deliberação e Aprovação do planejamento do CBH-LS 2025; 5. Deliberação e Encaminhamentos sobre a situação do Riacho Mussuré para o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado da Paraíba (CERH) e para o Conselho de Proteção Ambiental da Paraíba (COPAM); 6. Deliberação e Apoio ao Movimento em prol do Rio Gramame - representatividade do CBH-LS; 7. Apresentação da situação da atualização do Plano de Bacias Hidrográficas Litorâneas Sul, a situação da elaboração do MOP – Manual de Operação do Plano de Bacias Litorâneas, bem como resposta e apresentação dos encaminhamentos do Ofício 01/2025 CBHS (AESA) sobre a Solicitação de Campanha de cadastramento, outorga e fiscalização para a regularização do uso da água de lançamento de efluentes de usos industriais no Distrito Industrial, que são direcionados aos rios da Bacia Hidrográfica do Rio Gramame; 8. Diagnóstico do licenciamento ambiental de indústrias localizadas no Distrito Industrial, na Bacia Hidrográfica do Rio Gramame (SUDEMA); 9. **Capacitação:** Dimensionamento de Pequenas Irrigações/Dimensionamento de Bombas que teve como ministrante o Sr. João Pedro Chaves – Gerente de Segurança de Barragens/AESA, 10. Palavra facultada e Deliberação; 11. Encerramento. 12. Visita Técnica a Comunidade Engenho Velho ou Aldeia Indígena Gramame. Após a verificação de quórum, a **Presidente Sra. Ana Cristina Souza da Silva** abriu a reunião saudou a todos, desejou boa reunião a todos e para melhor entrosamento solicitou uma breve apresentação de cada membro com respectivo passatempo de cada um, levou para deliberação a pauta da reunião, que foi aprovada, e fez uma breve resenha do que o Comitê realizou desde a 4ª reunião (19/11/2024) até aquele momento. Ofício convocando para a 1ª reunião e outro para essa reunião; outro foi algumas demandas recebidas no evento do riacho Mussuré sobre solicitação de Campanha de cadastramento, outorga e fiscalização para a regularização do uso da água de lançamento de efluentes de usos industriais no Distrito Industrial, que são direcionados aos rios da Bacia Hidrográfica do Rio Gramame, foi enviado ofício para a AESA e está aguardando resposta. Dentre todos esses trabalhos de envio de ofícios, o Comitê também poderia buscar envolver o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH, é muito importante para colaborar com a solução desse problema do Riacho Mussuré que vem se arrastando a décadas, além do CERH também pode ser levado para o COPAM. Como era a Semana da Água, a Diretoria se reuniu com a AESA e planejou algumas ações. Por questão de tempo o Comitê preferiu adiar a capacitação ESG, outra solicitação foi a interação que acontece com os alunos da Olho do Tempo Escolas Viva para visita ao laboratório de hidráulica da UFPB, os alunos da escola fazem experimentos ao mesmo tempo em que compartilham a experiência do Rio Gramame com a comunidade acadêmica da UFPB, foi solicitando um transporte para a condução desses alunos, bem como um lanche. Foi solicitado também a Van Educativa da CAGEPA. Foi feito duas solicitações para a SUDEMA: um solicitando o diagnóstico sobre a situação do licenciamento das indústrias o outro uma apresentação na reunião em 25/03/2025, já que não foi apresentado no evento do Riacho Mussuré realizado em novembro. Um dos resultados positivos do evento Mussuré foi a divulgação com assunto importante dentro do texto do evento do que foi discutido, foi publicado no jornal A União e também saiu uma matéria de rádio. Logo após a reunião de 19/11/2024, aconteceu uma reunião do grupo para o processo de revisão do Plano de bacia; A Sra. Ana Cristina recebeu o convite do **Sr. Ivanildo Santana (1º Secretário do CBH-LS)** para participar do evento em 07/02/2025 e falou sobre a Gestão das Águas; As Diretorias dos Comitês da Paraíba se reuniram com a AESA para tratar da organização do

49

50 Encontro dos Comitês que será realizado no dia 05/05/2025 em conjunto com o “Fórum Brasil das
51 Águas” que acontecerá no Centro de Convenções em João Pessoa, no período de 05 a 09/05 de
52 2025. Então foi discutido a programação desse evento, organizou-se ofício pelo fórum e enviou para
53 a AESA onde solicitou relação de instrumento de gestão e andamento deles, Plano de Bacia,
54 cobrança para uma apresentação nesse dia; A **Sra. Ana Cristina** participou das comemorações do
55 dia mundial da água organizado pela a AESA no IFPB dia 21/03/2025; Apresentou para
56 conhecimento uma planilha sobre as presenças e faltas dos membros do CBH-LS, por segmento e
57 pede para que os mesmos observem a respectiva presença. Essa planilha de faltas será encaminhado
58 através de ofício aos órgãos lembrando a importância da participação do membro nas reuniões; Sobre
59 o Ofício encaminhado à AESA referente a dominialidade do Rio Papocas o Sr. Francisco Sousa –
60 Gerente de Bacia Hidrográfica da AESA disse que talvez seja possível incluir no Programa Corredor
61 das Águas do Governo do Estado, e se esse rio for de dominialidade Federal é de responsabilidade
62 da Agência Nacional das Águas – ANA. A **Sra. Ana Cristina** sugeriu encaminhar Ofício para a
63 ANA - solicitando a caracterização desse Rio. O Sr. Francisco Sousa (AES) disse que nada impede
64 que o Comitê solicite a AESA se existe outra forma de fazer essa intervenção, o comitê deliberou o
65 envio do ofício para a AESA, primeiramente para orientação sobre os encaminhamentos. **Item 3.**
66 **Aprovação da ata da 4ª Reunião Ordinária de 2025** - conforme solicitação a referida **Ata foi**
67 **enviada** por e-mail, não havendo contestação a **Ata foi aprovada** com apenas uma abstenção
68 (Professor Gilson) por não ter participado da referida reunião. **Item 4. Deliberação e Aprovação do**
69 **planejamento do CBH-LS 2025.** Aplicação do fundo da cobrança; acompanhamento da
70 arrecadação do FERH; Relação da comunicação do Comitê para execução do Plano de
71 Comunicação; Aplicação e deliberação de Projetos; Plano Aplicação do Fundo Estadual de Recursos
72 Hídricos 2026; Participação nas Câmaras Técnicas; Participação no Fórum dos Comitês; Encontro
73 ESG - maio Ambiente Social e Governança; O Encontro Estadual de Comitês dia 05 de maio 2025
74 junto com o Fórum Brasil das Águas, de 06 a 09 de maio; Participação e eventos especiais como dia
75 das águas, meio ambiente e outros eventos; Cursos de Capacitação; Consultas Públicas sobre Planos
76 e outras a convite; Semana Estadual de mobilização em defesa da Água; Participação nas reuniões
77 Ordinárias do Conselho; Reuniões da Diretoria; as Reuniões Ordinárias e Extraordinárias;
78 Provavelmente ainda terá discussões sobre o Plano de Bacias e sugeriu a Criação de um formulário
79 para colher ações, eventos e conflitos na bacia e perguntou se alguém teria algo para acrescentar algo
80 nessa programação. O **Sr. José Marinho** falou da importância da participação dos membros do
81 Comitê no Fórum Brasil das Águas de 06 a 09/2025, que terá representante de todos os estados da
82 federação. Sobre a 2ª reunião deste Comitê sugere o início de junho (1ª terça 03/06/2025) em
83 Alhandra, com uma visita técnica a barragem e a 3ª reunião como está associada a aprovação do
84 Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas do Litoral Sul, vai se aguardar o Plano, local
85 e data a ser definido na próxima reunião, a Capacitação ESG poderá ser realizada em julho ou
86 agosto/2025, foi colocado para deliberação e **foi aprovado por unanimidade.** **Item 5. Deliberação e**
87 **Encaminhamentos sobre a situação do Riacho Mussurê para o Conselho Estadual de Recursos**
88 **Hídricos do Estado da Paraíba (CERH) e para o Conselho de Proteção Ambiental da Paraíba**
89 **(COPAM)**, em 07/02/2025 a Sra. Ana Cristina participou desse reunião com a Escola Viva Olho do
90 Tempo e outras Comunidades que se mostraram muito insatisfeitos com os resultados até o
91 momento, porque o rio continua do mesmo jeito, esteve presente o Ministério Público Federal que
92 disse que iria conversar com o Ministério Público Estadual. Pensando na sequência que a Lei
93 apresenta e o Comitê é a primeira instância para tratar os conflitos e o CERH é a 2ª instância, e os
94 conflitos continuam. É chegado o momento de trazer para a Lei os problemas da bacia, são problemas
95 que estão no Ministério Público, isso quer dizer que o Comitê não atendeu a essa demanda e a
96 complexidade do problema, se chegou ao Ministério Público é porque está com falha, então a **Sra.**
97 **Ana Cristina** sugeriu o encaminhamento: O **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH**, tem
98 algumas responsabilidades estadual como fiscalização, deliberação coletiva e de caráter normativo;
99 Coordenar a execução da Política Estadual de Recursos Hídricos; Explicitar e negociar políticas de
100 utilização, oferta e preservação de recursos hídricos; Promover a integração entre os organismos
101 estaduais, federais e municipais e a sociedade civil; Deliberar sobre assuntos relativos aos recursos
102 hídricos. Os **Comitês de Bacias Hidrográficas** têm como objetivo a gestão participativa e

103 descentralizada dos recursos hídricos por meio da implementação dos instrumentos técnicos de
104 gestão, da negociação de conflitos e da promoção dos usos múltiplos da água na bacia hidrográfica;
105 Promover o debate sobre questões relacionadas aos recursos hídricos; Articular a atuação das
106 entidades que trabalham com recursos hídricos; Aprovar e acompanhar a execução do Plano de
107 Recursos Hídricos da Bacia; Promover a conservação e a recuperação dos corpos d'água; Estabelecer
108 os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos. O Conselho de Proteção Ambiental -
109 COPAM compreende expedir diretrizes, normas e instruções através de deliberações referentes à
110 proteção dos recursos ambientais, com vistas a prevenção da poluição e ao uso racional dos recursos
111 ambientais no Estado da Paraíba. Responsabilidades: Atua na prevenção e controle da poluição e
112 degradação do meio ambiente; Visa à proteção, conservação, recuperação e melhoria dos recursos
113 ambientais; analisa todas as licenças concedidas pela Superintendência de Administração do Meio
114 Ambiente - SUDEMA; Sugere a manutenção, revogação ou alteração de tais licenciamentos, através
115 da observância da legislação aplicável. O problema do Riacho Mussuré foi visto na reunião anterior.
116 Se existe gestão em um rio e falta água no rio, provavelmente está sendo retirado mais água do que
117 aquele rio tem disponibilidade. É um problema que a gestão de Recursos hídricos já sabe e fiscaliza.
118 O rio tem água, mas não com a qualidade desejada porque existe lançamento de efluentes além do
119 que o rio consegue suportar, porque a outorga dá direito que seja lançado até uma determinada
120 quantidade que o rio suporte, mas esse rio não suporta está assoreado contém plantas e etc. É um
121 problema que existe a quase 10 anos sempre é cobrado nas reuniões, deste Comitê, foi colocado para
122 deliberação de encaminhamento de ofício com a matéria publicada falando do problema do Riacho
123 Mussuré para o CERH, o Comitê quer o apoio do CERH nessa solução. O **Sr. Francisco Sousa**
124 **(AESA)**, falou que essa questão da CINEP tudo partiu da solicitação de uma outorga quando o
125 técnico da AESA foi fazer a visita in loco para liberar a outorga de lançamento foi identificou que
126 eles tratavam essa água e lançavam numa rede de drenagem e não sabiam para onde ia essa rede de
127 drenagem, disseram que era da CINEP a AESA procurou a CINEP para entender se seria lançado no
128 Riacho Mussuré. Em conversa com a CINEP esse projeto de recebimento dos esgotos industriais é
129 um projeto muito antigo (1977), é uma bacia de decantação do Riacho Mussuré, existia um poço
130 perfurado que se fosse instalado essa bacia de decantação iria prejudicar o poço, entrou com uma
131 ação e esse projeto de recebimento de esgotos foi escavado mas não foi finalizado, com o passar do
132 tempo houve a invasão da área que pertencia a essa Bacia, hoje é uma Comunidade e não há esse
133 ponto de recebimento de esgoto industrial no Distrito Industrial, tem topograficamente uma
134 drenagem que vai para o Riacho Mussuré e outra que vai para as três Lagoas, algumas outorgas que
135 tem no Riacho Mussuré vai para as três Lagoas a AESA está tentando alinhar com a CINEP como
136 resolver essa questão. A SUDEMA fez análise dos afluentes deles está legal, mas enquanto não for
137 resolvido este impasse a outorga não será liberada. Com relação ao encaminhamento o Sr Francisco
138 sugere deixar mais um tempo, porque está sendo trabalhado um planejamento da questão do Riacho
139 Mussuré que depende de vários órgãos (SUDEMA, Policia Ambiental, CINEP e AESA) para que
140 seja mais consciente. A AESA está aguardando relatório da SUDEMA para entender a que nível está
141 para começar os trabalhos, tem a poluição das indústrias que precisa de visita técnica in loco, além
142 da questão do esgotamento sanitário, tem toda uma de lançamento de esgoto que está sendo jogado
143 pela própria Comunidade. A sugestão seria fazer todo esse trabalho elaborar um relatório e enviar
144 provocando o CERH para aquilo que o Comitê não conseguiu resolver. O **Sr. José Marinho**
145 **(SEDAP)** perguntou ao **Sr. Francisco**, se a sugestão dele de aguardar um pouco mais era porque a
146 AESA já estava trabalhando nesse processo. O Sr. Francisco disse que sim, desde que a AESA
147 recebeu o ofício estava tomando algumas providências inclusive o ofício chegou para ele no dia
148 10/03/2025, já foi o relatório e falta atividade de campo (visita técnica) é uma área de risco que
149 precisa saber como entrar e sair com segurança. O **Sr. José Marinho** perguntou se esse trabalho
150 abrange todas as indústrias? O **Sr. Francisco** disse que vai depender do cadastro de todas as
151 indústrias fornecido pela CINEP, levantamento topográfico e O **Sr. José Marinho** entendeu que as
152 providencias já estão sendo tomadas pela a AESA e que não deve ser encaminhado, agora, para o
153 CERH. A **Sra. Ana Cristina** disse que é um problema complexo, que a AESA só não vai resolver,
154 o Comitê vai ter que solicitar investimento a SEIRH especificamente para isto, como está
155 acontecendo no Litoral Norte, estão fazendo uma estação de tratamento. No Litoral Sul tem o setor

156 industrial, é preciso cobrar as outras ações, solicitar a SUDEMA que por sua vez pede para as
157 empresas ir se ajustando com relação a qualidade dela, se a CAGEPA vai precisar de um tratamento
158 a mais, o Comitê vai solicitar investimento para tratamento de esgoto na bacia. São 4 atores
159 principais (SUDEMA, AESA, CINEP e CAGEPA). O objetivo do Comitê é levantar parceria e
160 buscar onde consta na Lei. Este ofício resguarda o Comitê de omissões. O **Sr. Alfredo Nogueira**
161 (ASPLAN) sugere que seja feito uma apresentação da CINEP para o CERH porque é mais fácil de
162 ser compreendido e resolvido a questão. **A Sra. Ana Cristina** disse que nesse ofício solicita incluir
163 na pauta uma apresentação da CINEP e a solicitação de apoio e convida os órgãos SUDEMA,
164 CAGEPA e a CINEP, e solicitar parceria para soluções, por exemplo a AESA trabalhar junto com
165 a SUDEMA e a CAGEPA, ver o que ela já tem em vista, será que vai precisa solicitar a SEIRH que
166 instale alguma coisa específica, o problema é bem maior, é um Distrito industrial muito grande.
167 Levou para deliberação, quem concorda que seja encaminhado solicitação ao CERH de
168 apresentações do problema do Riacho Mussuré e dos órgãos para colaborar para resolver esse
169 problema e solicitando mais apoio para resolução desse problema abstiveram-se **06 membros:**
170 **Francisco Sousa (AESAs), José Marinho de Lima (SEDAP) Alfredo Nogueira (ASPLAN);**
171 **Edielson, Ana Paula e Sr. Josinaldo Francisco da Silva**(representante cooperativa de pequenos
172 agricultores e da agricultura familiar da Paraíba em Alhandra), mas a maioria votou a favor do
173 envio do encaminhamento e foi aprovado. O **Sr. Alfredo Nogueira** questionou porque essa
174 deliberação foi feita antes da apresentação da SUDEMA. O **Sr. Rhafael Caiman** (SUDEMA).
175 perguntou se o CERH tem prerrogativa para depois de feito o diagnostico desses atores determinar
176 uma ação. **A Sra. Ana Cristina** disse que esse encaminhamento indo para o CERH, as ações do
177 Comitê não vão parar. Como trata-se de um problema complexo e de muito tempo, a AESA não vai
178 resolver o problema do cadastro, sem a resposta da SUDEMA, por isso que precisa desses
179 encaminhamentos para a SUDEMA e para o COPAM que está aguardando esses licenciamentos.
180 Esse encaminhamento é para o CERH e para o COPAM. **Sr. Ivanildo** disse que é problema que existe
181 a uns 20 anos, é do conhecimento de uma rede que não funcionou ainda (SUDEMA, CINEP,
182 COPAM, CAGEPA, AESA Ministério Público e etc.). O **Sr. Perguntou** porque o problema não era
183 levado diretamente para o Ministério Público e o **Sr. Ivanildo** respondeu que pode ser levado em
184 outra reunião. O **Sr. Alfredo** perguntou porque não convidar o COPAM para participar da reunião,
185 o **Sr Ivanildo** respondeu que poderia ser levado para outra reunião o convite da COPAM. O **Sr.**
186 **Rhafael Caiman** (SUDEMA) reforçou que o problema realmente é muito complexo, e é preciso
187 firmar mais parcerias para sua resolução. **A Sra. Ana Cristina** reforçou que o problema demanda
188 solução de infraestrutura, o Comitê vai oficializar ao CERH e COPAM, como a aprovado pelos
189 membros do CBH-LS na reunião. Ítem **8. Diagnóstico do licenciamento ambiental de indústrias**
190 **localizadas no Distrito Industrial, na Bacia Hidrográfica do Rio Gramame (SUDEMA) Rhafael**
191 **Caiman e Ana Lúcia** - O que é Licenciamento Ambiental? é um procedimento administrativo
192 obrigatório, por meio do qual a SUDEMA autoriza a localização, instalação, ampliação e operação
193 de empreendimentos e atividades industriais que utilizam recursos naturais e que possam gerar
194 impactos ambientais negativos, garantindo o controle, prevenção e mitigação desses impactos
195 conforme a legislação vigente e normas técnicas. TIPOS DE LICENÇA AMBIENTAL PARA
196 INDÚSTRIAS: Licença Prévia (LP): Avalia a viabilidade ambiental e aprova a localização e
197 concepção inicial do empreendimento. Licença de Instalação (LI): Autoriza a instalação conforme
198 planos e medidas de controle aprovadas. Licença de Operação (LO): Permite a operação após
199 verificação do cumprimento das condicionantes anteriores. Licença de Alteração (LA): Autoriza
200 ampliação ou modificação em empreendimentos já licenciados APAS PRINCIPAIS Requerimento
201 Inicial O empreendedor protocola solicitação na SUDEMA, acompanhado dos documentos técnicos
202 exigidos. Decisão Final e Emissão da Licença Após análise técnica, são determinadas as
203 condicionantes e expedida a licença ambiental, condicionada ao cumprimento das exigências
204 ambientais estabelecidas. Demonstrou no mapa as indústrias localizadas no distrito industrial, na
205 bacia hidrográfica do rio Gramame. A COORDENADORIA DE MEDIÇÕES AMBIENTAIS setor
206 responsável por avaliar a balneabilidade das praias em toda a costa marítima do estado e que realiza,
207 também, o monitoramento de uma série de corpos hídricos como rios e açudes. Não é um setor
208 licenciador, mas trabalha em íntima relação com os demais setores licenciadores, pois avalia as

209 condições nas quais os efluentes industriais são devolvidos ao meio ambiente. ARCABOUÇO
210 NORMATIVO Res. CONAMA 357/05; Res. CONAMA 430/06; NT-301/1988-SELAP; Res.
211 CONAMA 420/09; Res. CONAMA 396/08. Onde Precisa Avançar:- Definição de parâmetros de
212 monitoramento mais específicos e representativos, selecionados de acordo com as características
213 específicas de cada fonte geradora (Art. 7º, § 3º). Obtenção de outorga de lançamento de efluentes e
214 adequação das características do lançamento às condições descritas no documento. Infraestrutura de
215 coleta e tratamento de efluentes nas áreas urbanas e nos distritos industriais. LEI Nº 11.445, DE 5
216 de Janeiro de 2007 Diretrizes nacionais para o saneamento básico Sistema unitário: conjunto de
217 condutos, instalações e equipamentos destinados a coletar, transportar, condicionar e encaminhar
218 conjuntamente esgoto sanitário e águas pluviais. Sistema separador absoluto: conjunto de condutos,
219 instalações e equipamentos destinados a coletar, transportar, condicionar e encaminhar
220 exclusivamente esgoto sanitário; Art. 44. § 3º A agência reguladora competente estabelecerá metas
221 progressivas para a substituição do sistema unitário pelo sistema separador absoluto, sendo
222 obrigatório o tratamento dos esgotos coletados em períodos de estiagem, enquanto durar a transição.
223 Inexistência de rede coletora de esgoto (pública ou industrial), no local; 2. Inexistência de corpo
224 hídrico receptor que, nos termos da Res CONAMA 430/11 e da NT 301/1988, da SELAP, possa
225 receber o efluente de forma direta; 3. Atendimento aos padrões de lançamento da Res CONAMA
226 430/11 e da NT 301/1988, da SELAP; 4. Comprovação, junto ao operador da rede de drenagem
227 pluvial, de que a rede em questão se dirige diretamente até um corpo hídrico receptor que, nos termos
228 da Res CONAMA 430/11 e da NT 301/1988, da SELAP, possa receber o efluente de forma indireta;
229 5. Obtenção da autorização, junto à operadora da rede, para realização do lançamento de efluentes
230 através da rede de drenagem. Esta autorização deve ser acompanhada de comprovação, apresentada
231 pelo operador da rede, de que o sistema é capaz de receber a contribuição industrial pretendida; 6.
232 Obtenção de outorga de lançamento indireto, junto à AESA; 7. Indicação das coordenadas
233 geográficas do ponto de lançamento na galeria e do ponto de deságue desta no corpo receptor. Sra.
234 **Ana Cristina** perguntou sobre a demanda do Ofício para a regularização de lançamento de efluentes,
235 o **Sr. Francisco** disse que o cadastro é uma etapa do processo da solicitação de outorga. No distrito
236 Industrial foi feito o levantamento de quem tem outorga em Mumbaba e Mussurú porque são os dois
237 rios que desaguam no rio Gramame foram identificadas nove outorgas, depois de identificado o
238 quadro, será articulado com a equipe de fiscalização para definir a estratégia de logística para irem
239 a campo. A **Sra. Ana Cristina** disse que recebeu da SUDEMA a lista de Licenciamento e vai enviar
240 para o **Sr. Francisco** o que vai contribuir muito porque se existe licença deve ter outorga. O **Sr. José**
241 **Marinho** destacou a importância da SUDEMA na reunião que deu uma ampla visão do trabalho que
242 está sendo desenvolvendo. Talvez alguns colegas se abstiveram fazendo essa cobrança ao CERH.
243 Hoje está vendo que tem trabalho sendo feito pela a AESA, Prefeitura de Conde e pela a SUDEMA,
244 outro órgão que deveria ser procurado seria a CINEP para ter uma visão geral de onde está o gargalo.
245 **Ítem 7 Apresentação da situação da atualização do Plano de Bacias Hidrográficas Litorâneas**
246 **Sul, a situação da elaboração do MOP – Manual de Operação do Plano de Bacias Litorâneas -**
247 A **Sra. Ana Cristina** apresentou que recebeu um documento da AESA que mostrava um resumo das
248 etapas da elaboração do Plano de Bacia que está em fase de elaboração final, nesses últimos meses,
249 além disso está sendo elaborado o Manual de Operação do Plano de Recursos Hídricos, que foi
250 solicitado para que o Plano de Bacia não ficasse engavetado, ou seja receber o Plano e começar a
251 executar. Não recebeu data sobre a entrega do documento, e que não tem ideia de data de entrega, a
252 solicitação desse ofício sobre o Plano era também para o planejamento de data com o CBH-LS. O
253 Manual Operativo dos Planos de Recursos Hídricos – MOP está em elaboração. O MOP é uma
254 organização processual das ações previstas, sendo um instrumento essencialmente gerencial, que
255 permitirá à AESA e aos Comitês de Bacias uma melhor organização das atividades e alocação dos
256 esforços e recursos humanos, materiais e financeiros. O MOP traz a sequência dos procedimentos
257 administrativos e arranjos institucionais envolvidos, sendo um guia para a implantação de cada uma
258 das ações previstas nos Planos. O **Sr. Ivanildo Santana (2º Secretario do CBH-LS)** falou sobre a
259 Campanha do Rio Gramame que paralelo existe um movimento o “Rio Gramame quer viver em
260 Águas Limpa”, coordenado pela Olho do Tempo Escola Viva e é muito importante a presença do
261 Comitê nessas reuniões porque surgem algumas dúvidas é a oportunidade do Comitê colocar para a

262 sociedade como lidar com as demandas, o mês passado houve uma reunião no IFPB com algumas
263 Instituições. e convidou o Comitê para participar o **Sr. Edielson** se colocou a disposição para
264 participar, a Sra. **Ana Cristina** enalteceu a importância da participação de um representante lembrou
265 que essa pessoa vai representar o pensamento do Comitê e trazer as informações para apresentar na
266 reunião do Comitê. as demandas surgidas após deliberadas na reunião serão respondidas através de
267 ofícios aos interessados, foi deliberado que a diretoria participaria como representante, e caso fosse
268 impossibilitada a participação outro membro do Comitê poderia realizar a representação, devendo
269 levar para a reunião do CBH-LS as demandas para aprovação. Ítem 9. **Capacitação:**
270 Dimensionamento de Pequenas Irrigações/Dimensionamento de Bombas que teve como ministrante
271 o Sr. João Pedro Chaves – Gerente de Segurança de Barragens/AESA. O rio proporciona poder
272 produzir alimentos, a AESA, SUDEMA e o Comitê estão aqui para levar aos irrigantes como
273 produzir de forma consciente e utilizar da melhor forma possível esse bem tão precioso a irrigação
274 tende a suprir as necessidades das plantas para o seu desenvolvimento, tem papel fundamental no
275 aumento da produtividade tem área áridas que sem irrigação não existiria produção alguma de
276 alimento, a irrigação tem diversos métodos aplicados desde os métodos de inundação que usava
277 grande quantidade de água, hoje não mais aplicado até o método mais eficiente com aplicação de
278 pequenas vazões na hora e na necessidade que a planta venha necessitar, nessa região se vai ser o
279 aumento da produtividade, região de mata atlântica que tem sua pluviometria agrícola, mais a
280 irrigação vem para suprir os períodos que essa precipitação natural não é suficiente para a produção
281 demonstrou através de quadros os tipos de irrigação, superfície, aspersão, gotejamento ou micro
282 irrigação, a AESA hoje com educação dos irrigantes em determinados trechos só conceder outorgas
283 para métodos eficientes, tem trechos determinados que outorga só por gotejamento por não ter o
284 decurso e segundo a conscientização a discussão como comunidade que aquele manancial não tem
285 a capacidade de atender a todos e só será possível atender a todos se cada um conceder uma parte do
286 que tinha antes para o outro poder participar isso é feito através da Alocação de Água e os
287 instrumentos legais que a AESA publica que estão disponíveis no site da AESA, cada sistema tem a
288 sua vantagem e desvantagem a irrigação por inundação tem um baixo custo porque o próprio sulco
289 do plantio segue com duto para o recurso hídrico, porém tem uma baixa eficiência, precisa de grande
290 vazão e a eficiência não vai ser boa; A aspersão convencional tem uma alta uniformidade ou
291 consegue colocar água em toda a plantação, porém com perda de evaporação é uma das principais
292 negativa do sistema; Gotejamento é o sistema que vai colocar a quantidade no tempo correto que a
293 planta vai necessitar tudo alinhado com as condições climáticas, porém um sistema financeiro requer
294 um aporte financeiro alto comparado aos demais sistema; a micro aspersão tem uma eficiência tão
295 precisa quanto ao gotejamento e é similar porém tem o risco de entupimento, assim como
296 gotejamento e alto investimento do sistema, tem que ter todo o sistema de tratamento de água, antes
297 de levar essa água para a cultura, de irrigação, do sistema de filtração da água entre outros tratamento
298 que deve realizar. Princípios de dimensionamentos de bombas é uma parte do sistema de irrigação o
299 último que vai dimensionar é o motor da bomba que vai necessitar, antes tem que fazer estudos
300 topográficos da área, para pequena irrigação apenas pequenas cotas é suficiente para delimitar para
301 iniciar o projeto. A partir daí vai saber a cultura e a área a plantar e a necessidade de água que precisa,
302 vai para tubulação determina a quantidade que vai plantar e a necessidade de água vai para a
303 tubulação determina a tubulação a ser usada e o método. Após isso chega na bomba e motor. Um
304 sistema bem dimensionado traz diversas melhorias para a bacia. Cada solo dá uma quantidade de
305 quanto pode irrigar o solo é uma esponja que vai armazenar a água e fornecer a cultura. Tem esponja
306 que retém esponja que não retém e outra que retém muito, as condições climáticas afetam na
307 irrigação então programar a irrigação nos meses que não sejam chuvosos; Tubos influencia muito no
308 dimensionamento porque dependendo do tubo utilizado pode gerar perda de carga no sistema,
309 escolha de emissores apropriados, no sertão não tem tanta disponibilidade de fonte hídricas é
310 trabalhado a mesma área com aspersão diferente, pode reduzir a vazão dessa pessoa em mais da
311 metade na mesma área, por isso que a seleção deve ser feita durante o dimensionamento. O **Sr.**
312 **Edielson** perguntou para o pequeno produtor qual o modelo para usar na medida certa a irrigação, a
313 AESA recebe outorga ela faz orientação ao produtor? João Pedro disse que a AESA analisa a
314 documentação, projeto é acima de dez hectare. O Professor Gilson disse que a Secretaria de Meio

315 Ambiente de Pitimbu solicitou uma reunião próxima sexta feira na AESA com AESA, Prefeitura de
 316 Pitimbu, EMPAER e SUDEMA para tratar desse problema, existe no município muitas pessoas que
 317 irrigam em horário inadequado. A sugestão é fazer uma força tarefa para saber como orientar os
 318 agricultores qual é o tipo de irrigação, para aquela região qual as necessidades das plantas e etc. a
 319 dificuldade é uma assistência técnica continua, o **Sr. Alfredo** disse que é a FAEPA que faz o
 320 levantamento e diz o que pode ser feito e é grátis. O **Sr. João Pedro** disse que na AESA hoje não
 321 existe a dispensa de licença. Tem outorga que tem documentação simplificada como barragem saiu
 322 decreto para as construídas anterior a 2019, a legislação que existia era 1997, que exigia documentos
 323 inviáveis. Alinhado a toda essa utilização da água para irrigação na produção agrícola tem algumas
 324 estratégias que pode adotar uso de variedade de cultura tolerantes, monitoramento da umidade de
 325 solo é barato se pequeno agricultor pegar essa tecnologia se dá bem. Existe um relógio que diz o
 326 momento que as plantas precisam ser irrigadas. Cobertura do solo retem a humidade e evita a erva
 327 daninha, reduz a evaporação da área, ter cronograma de irrigação, pluviômetro para saber quanto
 328 choveu na propriedade e ter a relação de pluviômetro por horas de área e controlador e irrigação o
 329 custo é um pouco maior. A AESA está lançando o SEIRA que vai ter tanto monitoramento
 330 meteorológico como agrometeorológico em 23 regiões distribuídas em todo estado com estações
 331 agrometeorológicas que vão dá informação precisa que cultura deve plantar, humidade de solo isso
 332 para a região. Em João Pessoa vai ter monitoramento da influência do crescimento da cidade na
 333 temperatura com estações dentro do município, fora do município em pontos estratégicos que vão
 334 monitorar. O ponto para instalação dessas estações é levado em consideração a preservação evitando
 335 o vandalismo. Finalizando a apresentação a Sra. Ana Cristina agradeceu a capacitação que foi muito
 336 oportuna e lembrou que logo após o almoço será realizada Visita Técnica a Aldeia Indígena
 337 Gramame. Nada mais havendo a tratar a Presidente Ana Cristina encerrou a reunião e eu, Ivanildo
 338 Santana Duarte (1º Secretário do CBH-LS) lavei a presente Ata que após lida e aprovada será
 339 anexada a lista de presença.



Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Sul da Paraíba - CBH-LS

LISTA DE PRESENÇA

Assunto: 1ª Reunião Ordinária do CBH-LS do ano 2025

Data: 25/03/2025

Local: Sala de Reunião do Olho do Tempo Escola Viva

Município: João Pessoa-PB

Poder Público Municipal						
Nº	Titular/Suplente	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail	Município
1	T	Prefeitura Municipal de Alhandra	Edeilton Males dos Santos		edeiltonm@alhandra.pb.gov.br	Alhandra
	S	Prefeitura Municipal de Pedras de Fogo	Pablo Lima Santos			Pedras de Fogo
2	T	Prefeitura Municipal de Cruz do Espírito Santo	Ana Claudia Ferreira de Silva			Cruz do Espírito Santo
	S	Prefeitura Municipal de Conde	Walber Farias Marques			Conde
3	T	Prefeitura Municipal de Pitimbu	Gláucio Ferreira de Moura			Pitimbu
4	T	Prefeitura Municipal de João Pessoa	Pedro Henrique Caetano de Flores			João Pessoa
Usuários de Água						
Nº	Titular/Suplente	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail	Município
1	T	Agro Industrial Tabo S.A.	Miriam Flávia de Lira Miranda			Capororó
2	T	Alpargatas S/A	Waldemir Barbosa de Silva			Santa Rita
	S	Cotoninas S.A.	Júlio Saraiva Torres Filho			João Pessoa
3	T	Ana Paula Paulino de Santana	a mesma		ana.paula.paulino@sebrae.org.br	Pitimbu
	S	Edvaldo Xavier de Silva	o mesmo			
4	T	Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA	Rodrigo Sérgio Amorim da Paz			João Pessoa
5	T	Companhia de Água e Esgoto da Paraíba - CAGEPA	Osaniel Pedrosa de Alencar		osaniel@cagepa.pb.gov.br	João Pessoa

1	T	CDN Cimentos Brasil S/A	Dorgival Ferreira da Silva Neto			Caporé
2	T	Elizabeth Porcelanato Ltda	Thayre Silva de Moura			João Pessoa
3	T	Hidroenov Soluções Geológicas Ltda	Cláudia de Deus Souza			
4	T	Josilson Santos Nóbrega	o mesmo			
5	T	Uma Gênia Ltda	Luciano Alberto Lima Filho	<i>Luciano Alberto Lima</i>	<i>luciano.filho@uma.com.br</i>	João Pessoa
Sociedade Civil						
Nº	Títular/Suplente	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail	Município
1	T	Associação de Plantadores de Caca de Paraíba - ASPLAN	Alfredo Rogério da Silva Neto	<i>Alfredo Rogério da Silva</i>	<i>alfredo@asplan.com.br</i>	João Pessoa
	S	Associação dos Produtores e Trabalhadores Rurais de Mata da Clica	Geni Dornigos dos Santos			Conde
2	T	Associação Comunitária dos Agricultores Quilombolas de Milueme	Geisa Roberto da Paixão	<i>geisapaixao</i>	<i>geisapaixao@milueme.org.br</i>	Conde
	S	Associação de Comunidade Negra de Ipiranga	Reinaldo dos Santos Meneses			Conde
3	T	Associação de Agricultores de Mata de Garabú	Washington Martins Cabral			Conde
	S	Associação Verde Orgânico	Daniel Wanelia Pires			João Pessoa
4	T	Congregação Holística da Paraíba - Escola Ocho Vivos do Tempo	Iverson Santana Duarte	<i>Iverson Santana Duarte</i>	<i>iverson@ochovivos.org.br</i>	Conde
	S	Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Frei Anastácio	Joel Carlos Ferreira de Lima			Conde
5	T	Cooperativa dos Produtores e de Agricultura Familiar da Paraíba - COOPAF	Joséildo Francisco de Silva	<i>Joséildo</i>	<i>Joséildo@coopaf.com.br</i>	Alhandra
	S	Cooperativa dos Produtores de Batatas e Tubérculos da Paraíba - INHAMECOOP-PB	Otoniel Vieira de Silva			Conde
6	T	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba - CREA-PB	José Walter Barbosa Arcoverde			João Pessoa

341

7	S	Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Alhandra	Franciele Pereira Silva Cavalcante			Alhandra
	T	Federação de Agricultura e Pecuária da Paraíba - FAPPA	Isaías Roberto Soares do Nascimento			João Pessoa
8	S	Sindicato dos Produtores Rurais de Caporé	Dácio Martins dos Santos			Caporé
	T	Universidade Federal da Paraíba - UFPB	Ana Cristina Sousa de Silva	<i>eliane</i>	<i>eliane@ufpb.edu.br</i>	João Pessoa
9	S	Instituto ECCUS-ECCUS	Isara de Franca Albuquerque			João Pessoa
	Nº	Títular/Suplente	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail
Poder Público Federal						
1	T	Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI	Nilton Almeida do Melo Junior			João Pessoa
	S	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio	Luz Wagner Ferreira Guimarães			João Pessoa
Poder Público Estadual						
1	T	Agência Executiva de Gestão das Águas - AESA	Andrea Lira Cantazo	<i>Andrea Lira Cantazo</i>		João Pessoa
	S	Superintendência de Administração do Meio Ambiente - SUDAMA	Tatiana Regis dos Santos	<i>Tatiana Regis dos Santos</i>		João Pessoa
2	T	Secretaria de Estado do Desenvolvimento de Agropecuária e da Pesca - SEDAP	José Arturino de Lima	<i>José Arturino de Lima</i>		João Pessoa
	S	Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba - EMPAER	Agrino Augusto de Barros Campos			João Pessoa

Sudama
AESA
AESA

Amélia M. Braga
Francisco Roberto de S. Rodrigues

João Pessoa
João Pessoa
João Pessoa

342